

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Antecedentes históricos previdenciários do trabalhador e empregador rural.....	13
1. Pro-Rural (Lei Complementar 11/1971) e Previdência Social Rural	13
2. Previdência dos empregadores rurais (Lei 6.260/1975)	18
3. Benefícios por acidente de trabalho (Lei 6.195/1974)	22
4. Amparo previdenciário para segurados idosos e inválidos (Lei 6.179/1974)	23
5. Constituição Federal de 1988	24
5.1. Princípio da Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	25
5.2. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo	26
5.3. Redução etária na aposentadoria por idade	26
Capítulo 2 – Filiação dos produtores, trabalhadores rurais e pescadores no regime geral de previdência social	29
1. Instituição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	29
2. O enquadramento do trabalhador rural no RGPS	32
3. Empregado rural	39
4. Trabalhador avulso rural	44
5. Segurado especial	46
5.1. Introdução	47
5.2. Produtor rural agropecuário e limitação da área explorada em 4 módulos fiscais	49
5.3. Produtor rural extrativista	60
5.4. Pescador artesanal	61
5.5. Grupo familiar e segurados especiais cônjuges, companheiros e filhos	63
5.6. Contratação temporária de trabalhadores	67
5.7. Negócios jurídicos e outras fontes de renda permitidas	67
5.8. Microempresa do agronegócio com sócios segurados especiais	77
5.9. Momento da perda da qualidade de segurado especial	78
5.10. Indígena	80
5.11. Declaração de quilombola emitida pelo INCRA	85
5.12. Acampado	85
5.13. Carvoeiro	86
5.14. Boia fria	87
6. Produtor rural e pescador contribuinte individual (sem regime de subsistência)	92
7. Contribuinte individual autônomo rural	95
8. Garimpeiro (ex-segurado especial e atual contribuinte individual)	95
Capítulo 3 – Filiação e inscrição do segurado especial	111
1. Filiação e inscrição no CNIS	111

2. Regime jurídico anterior à MP 871/2019 convertida na Lei 13.846/2019	127
3. Regime permanente futuro ainda não regulamentado (declaração anual de segurado especial)	142
4. Regime provisório em vigor de autodeclaração do segurado especial/dependente, DAP, CAF, batimentos e demais instrumentos ratificadores	144
5. Tutorial do INSS para preenchimento da autodeclaração eletrônica.....	210
6. Inscrição do segurado especial indígena mediante certificação da FUNAI.....	277

Capítulo 4 – Contribuições previdenciárias..... 301

1. Contribuição previdenciária do segurado especial	301
2. Contribuição previdenciária do empregado e trabalhador avulso rural	304
3. Contribuição previdenciária do contribuinte individual rural.....	310
4. Contribuição previdenciária substitutiva do empregador rural pessoa física	317
5. Contribuição previdenciária substitutiva do empregador rural pessoa jurídica	329

Capítulo 5 – Acidente de trabalho do segurado especial 335

1. Introdução.....	335
2. Definição de acidente de trabalho	337
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	338
4. Acidente de trabalho por equiparação	466
5. Reconhecimento.....	469
6. Segurados cobertos	485
7. Prescrição dos benefícios acidentários.....	488
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho	488

Capítulo 6 – Regras gerais do plano de benefícios aplicáveis aos segurados especiais 495

1. Dependentes	495
1.1. Classe I	505
1.2. Classe II.....	556
1.3. Classe III	560
2. Tempo de serviço e de contribuição	562
2.1. Tempo rural anterior a novembro de 1991	563
2.2. Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	568
3. Indenização previdenciária.....	576
4. Manutenção da qualidade de segurado especial no período de graça.....	595
5. Período de carência.....	622
5.1. Adaptação do conceito legal em número de meses para o segurado especial.....	623
5.2. Descontinuidade.....	623
5.3. Exigência e dispensa de período de carência.....	631
5.4. Regra de transição do artigo 142 da Lei 8.213/91	641
5.5. Benefício por incapacidade e cômputo como período de carência	646
5.6. Regra de ½ do período de carência.....	658
6. Salário de benefício e renda mensal para o segurado especial.....	666

Capítulo 7 – Plano de benefícios do RGPS para o segurado especial..... 669

1. Aposentadoria por idade rural/pescador artesanal	671
1.1. Introdução e segurados acobertados	671
1.2. Idade mínima	678
1.3. Período de carência e meios de prova.....	679
1.4. Preenchimento simultâneo dos requisitos	710

1.5.	Renda Mensal.....	715
1.6.	Data de início do benefício	716
1.7.	Regra de transição do artigo 143 da Lei 8.213/91	716
2.	Aposentadoria por idade híbrida.....	718
2.1.	Período de carência	718
2.2.	Dispensabilidade da manutenção da qualidade de trabalhador rural na data de entrada do requerimento - ACP nº 5038261-15.2015.4.04.7100/RS	720
2.3.	Período rural remoto (anterior à Lei 8.213/91)	731
2.4.	Idade mínima e demais impactos da Emenda 103/2019.....	738
2.5.	Renda Mensal.....	742
2.6.	Data de início do benefício	745
3.	Aposentadoria da pessoa com deficiência	745
3.1.	Introdução	745
3.2.	Requisitos	748
3.3.	Deficiência e perícia biopsicossocial.....	750
3.4.	Renda Mensal.....	763
3.5.	Conversões de tempo de contribuição	766
3.6.	Temas finais.....	768
4.	Aposentadoria por incapacidade permanente	769
4.1.	Introdução	769
4.2.	Fato gerador	770
4.3.	Segurados acobertados	782
4.4.	Período de carência	782
4.5.	Renda mensal.....	816
4.6.	Auxílio-acompanhante de 25%.....	819
4.7.	Data de início do benefício (DIB)	833
4.8.	Revisão administrativa (“pente fino”).....	842
4.9.	Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”)	857
4.10.	Retorno voluntário ao trabalho e mensalidades de recuperação	871
4.11.	Temas finais.....	882
5.	Auxílio por incapacidade temporária.....	883
5.1.	Introdução	883
5.2.	Fato gerador	884
5.3.	Segurados acobertados	893
5.4.	Período de carência	893
5.5.	Renda mensal.....	895
5.6.	Antecipação por atestado médico no período da COVID 19	896
5.7.	Concessão por atestado médico (ATESTMED)	903
5.8.	Alta programada (Cobertura Previdenciária Estimada – COPES)	922
5.9.	Data de início do benefício (DIB)	967
5.10.	Revisão administrativa (“pente fino”).....	969
6.	Auxílio-acidente	975
6.1.	Introdução	975
6.2.	Segurados acobertados	976
6.3.	Fato gerador	980
6.4.	Dispensa de carência.....	988

6.5.	Renda mensal e reajustamento	989
6.6.	Conversão de auxílio-acidente em aposentadoria	991
6.7.	Data de início do benefício (DIB)	994
6.8.	Revisão administrativa (“pente fino”).....	1003
6.9.	Acumulação.....	1004
6.10.	Anexo III do Regulamento.....	1007
6.11.	Temas finais.....	1011
7.	Salário-maternidade	1015
7.1.	Introdução	1015
7.2.	Extensão do benefício à segurada especial pela Lei 8.861/1994.....	1016
7.3.	Dispensa do período de carência pelo STF (ADI 2.110 e 2.111)	1016
7.4.	Flexibilização da idade mínima para a filiação.....	1018
7.5.	Concessão no parto.....	1021
7.6.	Prazo prescricional quinquenal.....	1023
7.7.	Prorrogação durante a internação.....	1026
7.8.	Concessão na adoção ou guarda judicial para fins de adoção.....	1030
7.9.	Concessão por derivação.....	1047
7.10.	Renda mensal.....	1050
7.11.	Afastamento da atividade laboral.....	1051
7.12.	Temas finais.....	1052
8.	Pensão por morte	1053
8.1.	Introdução	1053
8.2.	Qualidade de segurado na data do óbito e hipóteses excepcionais de concessão de pensão por morte de ex-segurado	1053
8.3.	Fato gerador: morte certificada	1067
8.4.	Fato gerador: morte presumida.....	1067
8.5.	Dispensa de período de carência.....	1070
8.6.	Data de início do benefício e habilitação tardia	1070
8.7.	Ação judicial para reconhecimento da condição de dependente.....	1079
8.8.	Renda mensal e rateio/reversão de cotas.....	1080
8.9.	Hipóteses gerais de cancelamento.....	1087
8.10.	Homicídio doloso contra o segurado	1091
8.11.	Benefício vitalício e temporário para cônjuges e companheiros.....	1094
8.12.	Casamento ou união estável com fraude ou simulação.....	1118
8.13.	Novo casamento ou união estável do viúvo pensionista.....	1120
8.14.	Pensionista com deficiência e exercício de atividade laboral remunerada	1125
8.15.	Óbitos de esposas antes da vigência da Lei 8.213/91	1128
8.16.	Pensionista inválido e revisão periódica	1131
8.17.	Regra especial de sucessão do artigo 112 da Lei 8.213/91 e tema 1.057 do STJ.....	1132
8.18.	Temas finais.....	1140
9.	Auxílio-reclusão	1147
9.1.	Introdução	1147
9.2.	Qualidade de segurado especial do preso	1149
9.3.	Espécies de segregação prisional	1149
9.4.	Baixa renda e aplicabilidade do critério legal ao segurado especial	1158
9.5.	Período de carência.....	1164

9.6. Renda mensal.....	1165
9.7. Data de início do benefício	1166
9.8. Ação judicial para reconhecimento da condição de dependente.....	1170
9.9. Hipóteses de cancelamento	1171
9.10. Suspensão do pagamento pela fuga do preso	1172
9.11. Casamento e nascimento de filho após a prisão do segurado	1176
9.12. Benefício sem limite de prazo e temporário para cônjuges e companheiros	1178
9.13. Auxílio-reclusão após a soltura do segurado	1181
9.14. Atestado trimestral.....	1184
9.15. Temas finais.....	1186
10. Abono anual.....	1188
11. Acumulação de benefícios	1189
 Capítulo 8 – Seguro defeso do pescador artesanal (SDPA).....	1215
1. Introdução.....	1215
2. Período de defeso	1215
3. Gestão do benefício pelo INSS	1216
4. Renda mensal e número de parcelas	1218
5. Requisitos legais e documentos necessários	1218
6. Inscrição no Registro Geral de Pesca (RGP)	1223
7. Prazo para requerimento	1252
8. Hipóteses de cancelamento.....	1252
9. Acumulação com benefícios do Programa Bolsa- Família.....	1253
10. Biometria.....	1253
11. Defeso 2015/2016.....	1254
12. Temas finais.....	1259
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	1261